

# Diplomacia Multilateral

## Reunião da ONU reforça ação desenvolvimentista da agricultura brasileira<sup>1</sup>

Adriano José Timossi<sup>2</sup>

No período de 9 a 13 de maio, foi realizada em Istambul, na Turquia, a Quarta Conferência da ONU sobre questões atinentes aos países mais pobres do mundo, identificados pelo jargão diplomático como “países com menor desenvolvimento relativo” (PMDR)<sup>3</sup> (veja quadro). A reunião teve por objetivo avaliar o progresso alcançado desde a PMDR-III e revisar seu plano de ação, adotado em Bruxelas em 2001. Em Istambul, a comunidade internacional mais uma vez reafirmou sua responsabilidade em contribuir para o desenvolvimento desse grupo de países, marcados por gigantescas dificuldades econômicas, sociais e políticas. Grande parte deles integra também o grupo dos países mais vulneráveis aos impactos negativos das mudanças climáticas – como aumento do nível do mar e crescente instabilidade climática –, a exemplo de Bangladesh, das Ilhas Maurício e de Mali.

O extenso plano adotado em Istambul prevê diversas ações para os próximos 10 anos, cujo eixo principal é reduzir pela metade, até 2020, o número de países integrantes dessa categoria. Atualmente, 48 países estão classificados na categoria PMDR, e, da cota anterior, apenas três conseguiram graduar-se e deixar o grupo (veja quadro). O plano inclui 27 áreas prioritárias, com grande destaque para a agricultura e a segurança alimentar, incluindo a meta de que

pelo menos 10% da ajuda internacional ao desenvolvimento seja direcionada ao setor e a mais investimentos em pesquisa.

Um dos principais temas do documento é a “capacidade produtiva”. Essa expressão, cunhada pela Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (Unctad)<sup>4</sup>, refere-se às ações conjuntas para promover a diversificação da base produtiva, tendo em vista o desenvolvimento estrutural e sustentável de cada nação. Uma das principais ações do plano é aumentar os investimentos nos setores de infraestrutura, agricultura, energia, ciência, tecnologia e inovação, áreas fundamentais para o progresso dos PMDR.

Também foi sugerida a criação de um banco de tecnologias para essa categoria de países, cujo formato não foi ainda determinado. A cooperação Sul-Sul, evocada no plano de ação, foi analisada por diferentes perspectivas, da parte do G77, grupo que representa 134 países em desenvolvimento, e dos países membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), os quais insinuaram uma futura participação dos países emergentes na ajuda financeira aos países da África, proposta vivamente rejeitada por alguns países, entre os quais o Brasil.

<sup>1</sup> Original recebido em 25/8/2011 e aprovado em 1/9/2011.

<sup>2</sup> Engenheiro-agrônomo, Mestre em Integração Europeia, com atuação em Política Agrícola, Comércio e Desenvolvimento Internacional.

<sup>3</sup> UN-OHRLLS. United Nations Office of the High Representative for the Least Developed Countries, Landlocked Developing Countries and the Small Island Developing States. High representative. Disponível em: <<http://www.un.org/ohrls>>. Acesso em: 27 set. 2011.

<sup>4</sup> UNCTAD. United Nations Conference on Trade and Development. Disponível em: <<http://www.unctad.org>>. Acesso em: 27 set. 2011.

## Contexto histórico dos PMDR

O grupo dos PMDR foi criado pela ONU em 1971. Trata-se de um grupo de países em estado de pobreza extrema, expressa em dramáticas fragilidades estruturais, econômicas, institucionais e sociais. Desde a criação da categoria, o número de países enquadrados no grupo aumentou de 25 para 48. Desses 48 membros, 33 estão situados na África, e 14 na Ásia e na Oceania. Entre os países da América Latina e Caribe, apenas um participa da lista, o Haiti. A primeira e a segunda reunião dos PMDR ocorreram em Paris, em 1981 e 1990, respectivamente, e a terceira, em Bruxelas, em 2001. Em Istambul, delegações dos PMDR sugeriram que a quinta reunião tivesse lugar em um país componente dessa categoria, em substituição aos países do Ocidente.

Muitos países excluídos dessa categoria, como Bolívia e Paraguai, mas que enfrentavam (e ainda enfrentam) grandes dificuldades, foram, à época, ostensivamente contrários à criação da terminologia PMDR, com receio de que o novo grupo pudesse concentrar toda a atenção do sistema ONU e a dos doadores internacionais. Há, portanto, uma percepção geral entre muitos países em desenvolvimento não PMDR de que essa categoria foi criada mais para dividir os países do Sul do que para desenvolvê-los. Transcorridas mais de quatro décadas,

apenas três países conseguiram deixar o grupo: Botsuana em 1994, Cabo Verde em 2007 e Maldivas em 2011. Ademais, é consenso que há falhas no conceito de PMDR. Por exemplo, se for considerado o nível de desenvolvimento humano, a Índia, sozinha, concentra uma população de PMDR similar ou até mesmo superior à soma de todos os 48 países pertencentes a esse grupo. Apesar disso, a Índia é ainda considerada país rico por muitos no ocidente, e recentemente foi eliminada da lista de países de Assistência Oficial para o Desenvolvimento (ODA) do Reino Unido.

Desde sua criação, houve pouco progresso em termos de desenvolvimento no que diz respeito aos desafios estruturais enfrentados por esses países e à necessidade de diversificação da base produtiva, ou até mesmo de formação de uma base produtiva. Na realidade, muitos dos países contidos nesse grupo estiveram por décadas mergulhados em crises políticas e guerras civis, que afetaram e continuam impedindo o progresso, a exemplo do Afeganistão. Apesar de alguns avanços em determinados setores, a criação do grupo induziu alguns vícios. Por exemplo, conjectura-se que muitos países componentes do grupo não se empenham em sair da categoria para evitar perder as preferências de mercado e a ajuda concedida pelos países ricos.

O Brasil foi um ativo negociador na fase preparatória da reunião de Istambul, graças principalmente ao trabalho de diplomatas brasileiros em Nova Iorque, em estreita coordenação com os demais colegas do G77, braço econômico e desenvolvimentista dos países do Sul, o qual foi presidido em 2011 pela Argentina. A experiência e as tecnologias desenvolvidas pelo Brasil são muito requisitadas, particularmente aquelas em agricultura, fonte de geração de renda para mais de 70% da população desse grupo de países. O Brasil, por exemplo, já apoia diversos projetos direcionados aos países do Cotton-4/Algodão 4 (Benin, Burkina Fasso, Chade e Mali), criado no contexto das negociações internacionais da Organização Mundial de Comércio (OMC), como capacitação, ensino, produção e desenvolvimento de novas tecnologias.

A experiência de cooperação com os PMDR está transformando o Brasil em importante agente de desenvolvimento global, a exemplo das propostas apresentadas pelo País para o

desenvolvimento das nações mais pobres, com foco na agropecuária e na segurança alimentar. Ademais, a recente aprovação, na Câmara dos Deputados, de uma medida provisória que facilita a atuação da Embrapa no exterior poderá beneficiar, ainda mais, esses países. A intenção é reduzir a burocracia nas ações coordenadas com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), instituição que vem passando por reformas que buscam tornar sua atuação mais efetiva no desenvolvimento internacional.

A adoção do Plano de Ação de Istambul deve criar oportunidades para o Brasil aprofundar sua relação econômica com esses países. Vale lembrar que grandes oportunidades devem surgir para o setor privado nesse processo que, como já foi dito, valoriza muito a agricultura. Deve ser dito igualmente que o Brasil é hoje um dos mais dinâmicos investidores no continente africano. Certas áreas, como a de tecnologias para a agricultura tropical e de ma-

quinários agrícolas, possuem grande capacidade de exploração.

No campo acadêmico, o estabelecimento da Universidade Brasil-África em Redenção, no Ceará, tem-se mostrado promissor, ao direcionar 50% de suas vagas para estudantes do continente africano de língua portuguesa, e também para o Timor Leste. Acreditamos, aliás, que um grande salto para a diplomacia agrícola brasileira seria a criação de um programa de mobilidade de estudantes e pesquisadores entre o Brasil e os países do PMDR, seguindo o modelo europeu Erasmus.

Um programa de intercâmbio Brasil-África, com um rígido critério de seleção, que implicasse, por exemplo, a avaliação de renda e o currículo dos candidatos, serviria para colocar

estudantes brasileiros de Agronomia e Veterinária, entre outros cursos, em contato com uma realidade desconhecida pelos futuros profissionais brasileiros do campo. Dessa iniciativa poderiam ser forjados verdadeiros embaixadores da agricultura brasileira, preparados para gerar, de forma responsável, um futuro papel de liderança do pilar desenvolvimentista da agricultura brasileira em suas ações de cooperação internacional. Vale ressaltar finalmente que os PMDR já representam muito para o Brasil em termos políticos e econômicos. Nosso país tem se esforçado para promover um ambiente favorável ao desenvolvimento desses países contribuindo para a reparação da nossa dívida histórica, ao reforçar, por exemplo, os instrumentos de cooperação técnica, econômica e social com o continente africano.